



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234

masantos@smaepiracicaba.sp.gov.br ; www.smaepiracicaba.sp.gov.br

1316
6

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016; PROCESSO N.º 2681/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do plano diretor de combate às perdas físicas de água no macro setor 1.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.

A Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, formalmente designada por meio do Ato n.º 1010, de 16 de dezembro de 2015 do Senhor Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto, julga e responde o Recurso Administrativo, interposto pela licitante **Enops Engenharia S/A**, empresa do **Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.**, com fulcro no Art. 109, da Lei 8.666/93, com os fatos a seguir aduzidos:

Fundamentação:

No mérito e tempestivamente, esta Comissão, analisando as razões apresentadas pela Recorrente, passa ao julgamento.

Antes de adentrar ao julgamento, a Administração em quaisquer de seus procedimentos observa todos os princípios norteadores da licitação, se pautando sempre na legalidade, utilizando-se das Leis pertinentes de maneira a não causar prejuízos tanto a ela como às demais partes envolvidas.

Do resultado do julgamento da documentação:

A Comissão de Licitações decidiu por Inabilitar o Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A, em virtude da empresa Compuway Comercial e Serviços S/A apresentar Prova de Regularidade na Fazenda Estadual com validade vencida em 08 de fevereiro de 2016, em desacordo ao item 7.3.5 do edital.

Do Recurso interposto pela Empresa:

“Em suma: Trata-se de recurso administrativo tempestivo, interposto, contra decisão da Comissão que decidiu pela inabilitação da Recorrente, que após identificar-se, alega que:

Juntou documentação idônea e suficiente a demonstrar sua regularidade fiscal perante a Fazenda do Estado de São Paulo, conforme consta as folhas 476 dos autos, onde consta a Certidão NFC nº359/2016, em via original, emitida pelo Núcleo Fiscal de Cobrança da Delegacia Regional Tributária da Capital – DRTC-III, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que tal certidão comprova a inexistência de débitos tributários não inscritos em dívida ativa frente ao fisco Estadual, abrangendo ICMS, IPVA e ITCMD. Que a certidão das folhas 477, fomentadora da decisão de inabilitação, é até mesmo desprezível, pois o documento de folhas 476 supre a exigência editalícia.

Que a administração deveria reconhecer como suficiente a certidão apresentada às folhas 476 dos autos já que a falta de precisão do Edital sobre o que deveria ser apresentado para fins de

superior
1316
6



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1969
R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

1317
0

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016; PROCESSO N.º 2681/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do plano diretor de combate às perdas físicas de água no macro setor 1.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.

demonstração da regularidade fiscal exigida no item 7.3.5 não é suficiente, e receber a dita certidão como documento válido e revelador da inexistência de débitos perante a Fazenda Estadual. Que a certidão deveria ter sido validada pela Comissão no sítio eletrônico da PGESP em 25 de fevereiro de 2016, pois na data da licitação a mesma se encontrava regular. Que a comissão tem o poder-dever de validar a antiga CRDA no sítio eletrônico da PGESP e constatando o resultado emitir uma nova e que a ausência de validação por parte da Comissão resultou prejuízo a recorrente. Que não existe dúvida alguma a respeito da situação regular da Recorrente à época da licitação, seja pela comprovação nos termos da certidão de folhas 476, seja pela certidão de folhas 477, cuja validação no sítio, tarefa imbuída à Comissão de Licitações, redundaria na emissão de nova CRDA, a denotar a inexistência de débitos inscritos em dívida ativa na data de 25.02.2016, dia de abertura do certame."

Das condições editalícias:

7. Do Envelope N. 01 – Documentos para Habilitação

7.3 Regularidade Fiscal

(...)

7.3.5. Prova de regularidade na Fazenda Estadual;

10. Da Abertura dos Envelopes N.º 01 – Documentos e Critérios de Julgamento

(...)

10.2. Serão inabilitados os concorrentes que não apresentarem quaisquer dos documentos exigidos para habilitação ou os que apresentarem com adulterações, falsificações, emendas, rasuras ou, ainda, com seu prazo de validade vencido.

Do Julgamento:

Da exigência mencionada acima cabe registrar que não houve qualquer impugnação assim como a outros termos editalícios, tornado lei entre as partes sancionada pelos licitantes quando da apresentação de seus envelopes. Desta forma, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, no dia marcado para licitação, foram abertos os envelopes com documentação de habilitação das participantes. A empresa Compuway Comercial e Serviços S/A foi inabilitada por apresentar Prova de Regularidade vencida e contrariando ao que alega a Recorrente.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969
R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

1318
B

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016; PROCESSO N.º 2681/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do plano diretor de combate às perdas físicas de água no macro setor 1.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.

no seu recurso, as informações trazidas aos autos ensejam a inabilitação da licitante, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A decisão da Comissão também encontra amparo nos princípios da isonomia e imparcialidade, que conforme ensina o Tribunal de Contas da União – TCU, no Manual de Licitações e Contratos – Orientações Básica – 3ª edição: “Princípio da Isonomia significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios. Princípio da Impessoalidade: Esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação.” Vejam, que a decisão da Comissão, sem dúvidas, tratou de maneira igual a todos a participantes, e ainda, fundou-se em critérios objetivos, previamente estabelecidos em edital.

Certamente a aceitação da dita certidão emitida de forma eletrônica esta condicionada à verificação de sua autenticidade, e assim trabalhou a Comissão de Licitações, mas juntar uma NOVA certidão “CRDA”, como sugere a recorrente, seria no mínimo absurdo, iria contra alguns princípios básicos da licitação. Destacamos ainda a impossibilidade de aceite de documentos trazidos aos autos, na fase recursal, documentos esse que deveriam constar do envelope entregue à Comissão. **O § 3º do artigo 43, Lei n.º 8.666/93, e claro ao determinar: É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (grifamos e negritamos).**

O Mestre Marçal Justen Filho, in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2005, p. 418) é decisivo ao afirmar: “Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas não apresentou, arcará com as consequências de sua própria conduta.” Que fique muito claro que a decisão da Comissão não questiona a idoneidade da Recorrente, muito menos se a mesma cumpre ou deixa de cumprir suas obrigações fiscais e trabalhistas. Trata-se apenas da análise da documentação apresentada à Comissão, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme já exposto acima.

Sobre as certidões apresentadas:

Para cumprimento do item 7.3.5 do Edital no que tange sua regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, a recorrente se utilizou da Certidão do Núcleo Fiscal de Cobrança/ Delegacia Regional Tributária da Capital DRTC-III/ Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (fl.476), que “Certifica

X
B
no



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969
R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016; PROCESSO N.º 2681/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do plano diretor de combate às perdas físicas de água no macro setor 1.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.

que, até a presente data, para o estabelecimento de inscrição estadual nº 140360453119, inexistem débitos exigíveis, **NÃO INSCRITOS** em dívida ativa, de ICMS, IPVA e ITCMD” (grifo nosso) (página 476), e Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, emitida pela Coordenadoria da Dívida Ativa do Estado, “vencida” (página 477). O Estado de São Paulo, por meio de sua Coordenadoria de Administração Tributária, considerando o que dispõe os artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional, a fim de uniformizar procedimentos a serem observados pelas repartições fiscais e para facilitar o atendimento ao público em geral, expediu a Portaria CAT n.º 20/98, que estabelece procedimentos para pedido, emissão e obtenção de certidão negativa e fixa prazo de validade para os documentos expedidos. Diante do referido instrumento, pode ser verificado, logo em seu artigo 1.º, que quaisquer interessados, a fim de participar em licitações públicas ou outras finalidades, poderão solicitar a expedição da Certidão Negativa de Débitos **INSCRITOS** na Dívida Ativa com efeitos de atestar a sua regularidade perante a Fazenda do Estado de São Paulo, in verbis:

“Art. 1º – O interessado poderá solicitar a expedição de certidão negativa nos seguintes casos:

I – para participação em licitação pública,

II – para simples conferência ou outra finalidade.

§ 1º – Na hipótese do inciso I, serão pesquisados e informados somente os débitos inscritos na dívida ativa” (Portaria CAT 20/98 da Sec. Fazenda do Estado de São Paulo).

Pelo exposto, por uma simples leitura e compreensão da referida situação uma certidão não substitui a outra, a primeira trata de débitos não inscritos em Dívida Ativa e a segunda de débitos inscritos em Dívida Ativa, portanto, contraria a alegação da recorrente que a certidão constante às páginas 476 é suficiente para cumprir a exigência do item 7.3.5 do Edital. Resta claro que houve descumprimento ao item do edital pela empresa Compuway Comercial e Serviços S/A, pois a regularidade perante a Fazenda Estadual só pode ser comprovada pela apresentação da referida Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, documento em que o Estado de São Paulo disponibiliza e reconhece para fins de regularidade dos contribuintes em licitações públicas e não é desprezível como alega a recorrente em seu recurso.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234

masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

1320
8

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016; PROCESSO N.º 2681/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do plano diretor de combate às perdas físicas de água no macro setor 1.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.

CONCLUSÃO: Diante de todos os motivos expostos acima, resta *INDEFERIR*, a representação interposta pela licitante **Enops Engenharia S/A**, empresa do **Consórcio Enops-Compuway, formado pelas empresas Enops Engenharia S/A e Compuway Comercial e Serviços S/A.**, mantendo inalterada a decisão da Comissão de Licitações.

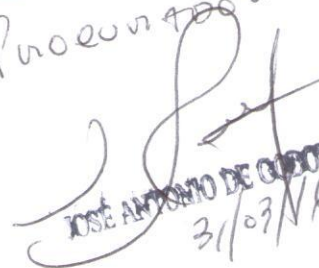
Dessa forma, encaminhamos ao Presidente deste SEMAE, autoridade máxima da Autarquia, para análise e decisão final.

Piracicaba, 24 de março de 2016


MARIA ALICE SILVA SANTOS
Presidente da Comissão


CINTIA C.Z.L. EVANGELISTA
Membro da Comissão


SUZANA MARIA DE OLIVEIRA
Membro da Comissão

A Procu...

JOSÉ ANTONIO DE GODOY
31/03/16